

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

PLANO DE ENSINO

ANO E SEMESTRE					
2022/1					
PROFESSOR(ES)					
ANTONIO GOMES DE VASCONCELOS					
CÓDIGO DA DISCIPLINA					
DIR873					
TEMA					
TEMAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL - Direito, Economia e Finanças Publicas					
SUBTEMA					
Justiça econômica e desenvolvimento na Constituição de 1988					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
Quinta feira	19:00	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim Qual: Colóquios Internacionais em espanhol					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	CPF	INSTITUIÇÃO
PROF. RAMIRO CHIMURIRS SOSA PROF. FRANCESCO SCETTINO PROF. DANIEL LIBREROS PROF. LADISLAU DOWBOR PROF. JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA NETO PROF. ALYSSON MASCARO PROF. JOSÉ MENEZES PROF. FRANCISCO DA MATA MACHADO TAVARES PROFª. GEOVANA MELO PROF. DANIEL LIBREROS PROF. SEBASTIÁN GRACÍA PROFª LIZZETE SANTANA PROFª LILIANA COSTANTE PROF. JUAREZ ROCHA GUIMARÃES PROF. EDGAR ISCH LÓPEZ PROF. MARCELO CATTONI		UDELAR - UG U.I. VANVITELLI – IT U.N. BOGOTÁ MACKENIE - SP MACKENZIE -SP USP – SP UFPE – PE UFGO – GO UFU – MG UNAL – COLOMBIA UDELAR - URUGUAY UNAM -MÉXICO UBA – ARGENTINA UFMG UCE – EQUADOR UFMG
<small>PS.: Os professores convidados são pesquisadores do GIDEF e podem ser substituídos por outros pesquisadores do Grupo em situações imprevistas.</small>		



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

EMENTA

EMENTA:

“Acesso à justiça econômica pela via dos direitos sociais fundamentais; “constituição econômica”, neoliberalismo e teorias e modelos econômicos”; “administração da justiça econômica”; justiça econômica e desenvolvimento; desenvolvimento como objetivo do Estado e direito ‘subjeto’ da sociedade; controle constituição de políticas públicas e econômicas; poder judiciário e justiça econômica no paradigma do Estado Constitucional Democrático de Direito”.

METODOLOGIA:

As atividades da disciplina serão desenvolvidas a partir de três eixos metodológicos: **seminários**, ensino mediante participação em colóquios do **Ciclo de Colóquios Internacionais GIDEF-UFMG- RICDP – 2021.1**, **exposições** contextualizadoras intermitentes ministradas pelo professor responsável ou professor convidado e **debates** protagonizados pelos alunos.

A metodologia de trabalho, na disciplina, está concebida da seguinte forma:

1. Seminários: apresentação e discussão de textos selecionados, constantes do programa da disciplina, para aprofundamento teórico sobre temas fundamentais e estruturantes do pensamento crítico acerca dos temas constantes da ementa que serão abordados nas demais atividades da disciplina (colóquios, exposições do professor e/ou professores convidados e debates);
2. Participação interativa dos alunos nos colóquios realizados com base no Projeto Integrador de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPE-FDUFG), cujas temáticas são conexas e/ou transversais ao conteúdo programático da disciplina
3. Debates livres: protagonizados pelos alunos ou decorrentes de “fatos” inesperados no transcurso rizomático da disciplina.

MODALIDADE DE OFERTA:

A disciplina será ofertada sob a modalidade híbrida, sendo que os seminários serão presenciais e os colóquios, on line em razão da diversidade

JUSTIFICATIVA:

O tema da presente disciplina segue linha evolutiva contedística que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos anos com abordagem interdisciplinar situada no campo de interseção entre o Direito e Economia, com destaque para: **a)** as finanças públicas e sua relação com o desenvolvimento compreendido como condição *sine qua* para a concretização dos direitos sociais fundamentais inscritos



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

na Constituição, **b)** análise dos fundamentos das teorias econômicas subjacentes às políticas inspiradas na ortodoxia neoliberal e sua compatibilidade com as princípios, diretrizes e normas constitucionais que regulam as ordens econômica e financeira nacionais, **c)** análise da Constituição de 1988 à luz das teorias neoconstitucionais contemporâneas e dos valores, princípios e normas que conforma o “paradigma” do Estado Constitucional Democrático de Direito (ECDD), **d)** as questões cruciais relacionadas ao papel do estado e dos poderes políticos, especialmente do Poder Judiciário tendo por marco teórico os fundamentos e objetivos do ECDD e os valores e princípios que norteiam o projeto de sociedade inscrito nas Constituições que perfilham o novo constitucionalismo, **e)** os desdobramentos de tais temáticas nas políticas de administração da justiça analisadas estrito sensu (sob ponto de vista jurisdicional e administrativo) e lato sensu (realização da justiça constitucional como dever e objetivo constitucional do conjunto dos poderes políticos), na efetividade dos direitos sociais, em especial os previdenciários e trabalhistas, extensão e limites materiais do controle constitucional; **f)** as premissas epistemológicas, mediante incursão em temas pertinentes à Filosofia da Ciência, como tema estratégico na abordagem de todas as ciências e, no caso vertente, das ciências jurídica e econômica, assumindo como marcos teórico-epistemológicas, em complemento às premissas epistemológicas clássicas da ciência moderna (objetividade, determinismo, fragmentação do objeto) as teorias da “razão dialógica” (intersubjetividade), da “complexidade” (acesso contingente à realidade, pela ciência) e da “construção social da realidade”, como indispensáveis à realização do princípio de democracia e à prática acadêmico-político-jurídico-constitucional voltada à concretização dos direitos sociais fundamentais.

A disciplina configura-se sequência daquela que teve como subtema “Entre o constitucionalismo normativo e o constitucionalismo “realista”: O STF e a administração da justiça política, econômica e social - uma paradoxal convergência entre contenciosismo (omissivo) e ativismo (conservador) em contraposição à realização do projeto constitucional da sociedade brasileira?”, ministrada em 2021.2, que enfatizou o dilema das cortes constitucionais dos estados constitucionais democráticos de direito no cumprimento do seu papel constitucional pressionadas, de um lado, pelos valores fundamentais do Estado centrados na dignidade da pessoa humana, na garantia dos direitos fundamentais (individuais e sociais) e dever de promover as condições indispensáveis à realização do projeto de sociedade inscrito na Constituição e, de outro, pelas forças reais de poder oriundos do mercado e do sistema econômico-financeiro inspirados no pensamento e na ideologia político-econômica denominada neoliberalismo.

Na presente disciplina a subtemática focaliza o desenvolvimento o acesso à justiça econômica pela via dos direitos e estratégia do constitucionalismo do Estado Constitucional Democrático de Direito que reserva parte do texto constitucional para regular a ordem econômica e financeira - “constituição econômica”, e de estabelecer como objetivo estratégico para a realização do projeto de sociedade inscrito na constituição, a “garantia do desenvolvimento” compreendido como aquele capaz de promover o desenvolvimento integral do ser humano. E ainda a análise crítica das políticas neoliberais, teorias e modelos econômicos para perscrutar sua coerência com a Constituição da República. Atenta-se também para os temas da “administração da justiça econômica”; da justiça econômica e desenvolvimento; desenvolvimento como objetivo do Estado

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

e direito 'subjetivo' da sociedade; controle constituição de políticas públicas e econômicas; poder judiciário e justiça econômica no paradigma do Estado Constitucional Democrático de Direito". A abordagem de todas estas temáticas considera que a busca da efetividade dos direitos sociais fundamentais constitucionalizados na Constituição do ECDD exige uma abordagem multidisciplinar com ênfase na tríade Direito, Economia e Política. A disciplina concentra-se na interação Direito vs. *Economia*. Isto por que se na base das teorias e modelos econômicas há uma ideologia determinante dos elementos metacientíficos que interferem nas escolhas epistemológicas e teórico-doutrinários com que se justifica o objeto da atividade científica. O mesmo se dá no campo jurídico. A disciplina aceita a premissa de que tais escolhas se legitimam se concorrem para a realização do projeto de sociedade inscrito na Constituição e se promovem a efetividade dos direitos sociais fundamentais.

BIBLIOGRAFIA:

Esclareça-se que a bibliografia indicada é provisória e será revista para aditar ou excluir.

BIBLIOGRAFIA

- SIEDER, Rachel; HUNEEUS, Alexandra; COUSO, Javier (eds.). The transformation of constitutional discourse and the judicialization of politics in latin america. New York: Cambridge University Press, 2010.
- SIEDER, Rachel; SCHJOLDEN, Line, ANGELL, Alan (eds.) The judicialization of politics in Latin America. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- GARGARELA, Roberto; GOMINGO, Pilar; ROUS, Theunis (eds.). Courts and social transformation in New Democracies: An institutional voice for the poor? London: Ashgate, 2006.
- ROBERT, Dahl. Decision-Making in a democracy: the supreme court as a national policy-maker, *Journal of public Law*, vol. 6, nº. 2:279-295.
- COUSO, Javier; FORTHCOMING. Cultures of legality: judicialization and political activism in Latin America, IN SIEDER, Rachel; HUNEEUS, Alexandra; COUSO, Javier (eds.). The transformation of constitutional discourse and the judicialization of politics in latin america. New York: Cambridge University Press, 2010.
- HELMKE, Gretchen; RIOS-FIGUEROA, Julio. Courts in Latin America. New York: Cambridge University Press, 2011.
- RIOS-FIGUEROA, j. Constitutional Courts as mediators: armed conflict, civil-military relations, and the Rule of Law Latin America. New York: Cambridge University Press.
- BRINKS, Daniel M.; BLASS, Abby. The DNA of Constitutional Justice in Latin America: Politics, Governance, and Judicial Design. New York: Cambridge University Press, 2016.

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

- BREUS, Thiago Lima. Políticas Públicas no estado constitucional. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFP, Curitiba, Agost/2006. Depto. de Direito Público. Orientador: Prof. Dra. Angela Cassia Costaldello. (Título III, As políticas públicas no estado constitucional. Cap I – As políticas públicas como instrumento de ação do estado constitucional: e o objeto do direito administrativo; Cap. II As limitações à realização das políticas públicas: a escassez de recursos e a reserva do possível; Cap. III Diretrizes e parâmetros para o controle das políticas públicas: horizontes e perspectivas do estado constitucional;
- ARANTES, Rogério Bastos. Judiciário e política no Brasil. São Paulo: EDUC, 1997.
- MACIEL, Débora Alves and KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. Lua Nova [online]. 2002, n.57 [cited 2021-02-21], pp.113-133. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000200006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452002000200006>
- CARTER, L. (1989). Who Guards the Guardians? Judicial Control of Administration. By Martin Shapiro. Athens: University of Georgia Press, 1988. 195p. \$20.00 cloth, \$10.00 paper. American Political Science Review, 83(3), 1035-1036. doi:10.2307/1962104
- DAHAL, Robert. Decision Making in a Democracy: The Supreme Court as a National Policy-Maker. (<https://pt.scribd.com/document/252523405/Robert-Dahl-Decision-Making-in-a-Democracy-The-Supreme-Court-as-a-National-Policy-Maker#download>).
- MACHADO, Mario Brockmann. “Separação dos poderes e controle externo do judiciário. IN Revista dos Tribunais: cadernos de direito Constitucional e Ciência Política, ano3, n. 9, SP, out.dez/1994.
- WANG, Daniel Wei Liang. *Constituição e política na democracia* (Aproximação entre direito e ciência política). São Paulo: Marcial Pons, 2013. (caps. 1 e 3, n 9.)
- COMPARATO, Fabio Konder. Para Viver a democracia. São Paulo: Editora brasiliense, 1989.
- BINENBOJN, Gustavo. A nova jurisdição constitucional brasileira – legitimidade democrática e instrumentos de realização. Rj: Revonar, 2014.
- ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. Los derechos sociales como derechos exigibles. Madrid: Editorial Trotta, 2004.
- FERRAJOLI, L. et al. (2012), Un Debate sobre el Constitucionalismo. Monográfico Revista Doxa, Num. Marcial Pons, Madrid.
- STEGER, Manfred B.; ROY Ravi K. Neoliberalism – A very short introduction. New York: Oxford University Press, 2010.
- TEIXEIRA, Ariosto. A Judicialização da Política no Brasil (1990-1996)”. Dissertação de Mestrado defendida na UnB em 1997.
- WANG, Daniel Wei Liang. *Constituição e política na democracia*. São Paulo: Marcial Pons, 2013.
- YOUNG, Katharine G. Constituting economic and social rights. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- ZAGREBELSKY, Gustavo. El Derecho dúctil. Trad. Marina Gascón. 6. ed. Madrid: Editorial Trotta, 2005
- Bercovici, Gilberto. (Org.). *Desafios dos direitos humanos*. 1ed. São Paulo: Quartier Latin, 2016.

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

- CUNHA, Luciana Gross. **Por que devemos confiar no judiciário?** In: Daniel Wei Liang Wang. (Org.). *Constituição e Política na Democracia: Aproximações entre Direito e Ciência Política*. 1ed. São Paulo: Editora do Brasil Ltda, 2013, v. 1, p. 167-178.
- CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci. **Desempenho Judicial, o quanto a Sociedade Confia e como Avalia o Poder Judiciário Brasileiro: a importância das medidas de confiança nas instituições.** In: Felipe Gonçalves Silva; José Rodrigo Rodriguez. (Org.). *Manual de Sociologia Jurídica*. 1ªed. São Paulo-SP: Editora Saraiva, 2013, v. 1, p. 269-288.
- CUNHA, Luciana Gross; ALMEIDA, Frederico N. R. **Justiça e Desenvolvimento Econômico na Reforma do Judiciário brasileiro.** In: Mario, G. Schapiro; David M. Trubek. (Org.). *Direito e Desenvolvimento - Um Diálogo entre os BRICS*. 1ed. São Paulo - SP: Editora Saraiva, 2012, v. 1, p. 361-386.
- CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana L.; RAMOS, Luciana de O. ; VERONESE, A.; ZIMDARS, A. DUPRET, B.; BELLO, E. ALMEIDA, F. A.; FONTAINHA, F. C.; BUTON, F; FERRIE, J.; ISRAEL, VERZELLONI L.; EILBAUM, L.; GERALDO, P. H. B; FALBO, R. N.; COSLOVSKY, S. V., SILVEY, S. **O Judiciário que temos é o que queremos?** In: Fontainha, Fernando de Castro; Geraldo, Pedro Heitor Barros. (Org.). *Sociologia Empírica do Direito*. 11ed. Lisboa: Editorial Juruá, 2016, v. 1, p. 311-326.
- FALCÃO, Joaquim et al. (Org.). *Onze Supremos. O Supremo em 2016*. 1ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017
- DIMOULIS, L. M. Dimitri. **Além do ativismo e do minimalismo judicial no campo dos direitos fundamentais. Justificação jurídica de decisões e competências.** In: José Carlos Francisco (Org.). *Neoconstitucionalismo e atividade jurisdicional*. 1ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012, p. 261-277.
- DIMOULIS, L. M. Dimitri. **Discrecionabilidade e justificação. Reflexões sobre a visão juspositivista da interpretação jurídica.** In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, v. 31, p. 855-866, 2015.
- DIMOULIS, Soraya L. Dimitri. **Dimensões da constitucionalização das políticas públicas.** In: Revista de Direito Administrativo, v. 276, p. 237-267, 2016.
- DIMOULIS, Soraya L. Dimitri. **Desigualdade social brasileira e patologias jurídicas. Eficácia limitada e voluntarismo no campo dos direitos sociais.** In: Bercovici, Gilberto. (Org.). *Desafios dos direitos humanos*. 1ed. São Paulo: Quartier Latin, 2016, v. 1, p. 141-161.
- DIMOULIS, Soraya L. Dimitri. **O poder de definição da pauta no STF. Reflexões sobre um caso de configuração autocrática do processo objetivo.** In: Revista dos Tribunais (São Paulo), v. 878, p. 11-28, 2008.
- BARROS, Marco Antonio L. Leme. **Precedentes segundo a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann: elementos para reconsiderar a crítica do distanciamento do common law e do civil law.** Revista Arquivo Jurídico, v. 2, p. 116-130, 2015.
- BARROS, Marco Antonio L. Leme. **Consequencialismo e o argumento econômico em juízo: estudo sobre a utilização do argumento do risco sistêmico dos planos econômicos na ADPF 165.** In: Revista do Mestrado em Direito UCB, v. 8, p. 1-24, 2014.

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

- BARROS, Marco Antonio L. Leme. **Como entender a responsabilidade dos juízes no Brasil? Um estudo a partir da confiança no Poder Judiciário.** Revista Brasileira de Estudos da Função Pública - RBEFP, v. 2, p. 23-43, 2013.
- BARROS, Marco Antonio L. Leme; RIZZARDI, Maíra Martinelli. **O Supremo Tribunal Federal e a argumentação consequencialista.** Direito e Justiça (URI), v. 15, p. 101-122, 2015.
- BASTOS, Marina Montes; FERREIRA, Vivian M. P. Ferreira. **Padrões e deficiências na fundamentação do STF: uma análise da construção argumentativa do STF na ausência de citação de jurisprudência.** In: Revista Direito em Debate, v. 23, p. 187-228, 2014.
- BISPO, Nikolay H. **O STF como cenário e ator de modificações sociais e jurídicas: um estudo de caso sobre a Defensoria Pública de Santa Catarina.** In: FREITAS, Riva Sobrado de; TAVARES, Ademario Andrade. (Org.). Direitos Fundamentais e Democracia V. 1ed. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba e CONPEDI, 2014, v. 236, p. 269-287.
- BISPO, Nikolay H. **Fiscalização concreta da constitucionalidade no supremo tribunal federal (STF): repercussão geral e a concentração de poderes.** SD: SD, 2016.
- DIMOULIS, Soraya L. Dimitri. **O impacto da Constituição de 1988 na realidade brasileira.** In Revista Jurídica Consulex, v. 401, p. 35-38, 2013.
- FRANCO, Ivan Candido; CUNHA, Luciana Gross. **O CNJ e os discursos do Direito e Desenvolvimento**. In: Revista Direito GV, v. 9, p. 515-534, 2013.
- DIMOULIS, Soraya L. Dimitri. **Interpretação conforme a Constituição e declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto. Problemas da aplicação judicial do direito constitucional.** Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, v. 29, p. 135-157, 2014
- DIMOULIS, Soraya L. Dimitri. **Efeito transcendente, mutação constitucional e reconfiguração do controle de constitucionalidade no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, v. 5, p. 217-238, 2008.
- RAMOS, Luciana de Oliveira; RIZZI, Ester Gammardella; REIS, Luciana S.; CARDOSO, Evorah Luschi Costa; OLIVERIA, Flávio B. Barbosa de; SILVA, Mariana F. C. da; XIMENES, Salomão B.; SUNDFELD, Carlos A. (coord.). **Controle de Constitucionalidade e Judicialização: o STF Frente à Sociedade e aos Poderes.** 1. ed. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011. 93p.
- VILHENA, Oscar; DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya; RAMOS, Luciana O.; NASSAR, Paulo A.; GLE3ZER, Rubens E. **O Supremo Tribunal Federal para além das ações diretas de constitucionalidade. Resiliência constitucional: compromisso maximizador, consensualismo político e desenvolvimento gradual.**
- FERREIRA, Carolina C.; RODRIGUEZ, José R. **Como decidem os juízes? Sobre a qualidade da jurisdição brasileira.** In: Felipe Gonçalves Silva; José Rodrigo Rodriguez (Org.). *Manual de Sociologia Jurídica.* 1ed. São Paulo: Saraiva, 2013, v. 1, p. 255-268.
- DIMOULIS, Dimitri. **A Constituição interpretada sem regras.** In: Joaquim Falcão et al. (Org.). *Onze Supremos. O Supremo em 2016.* 1ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017, v. 1, p. 63-65.



Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

--

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

--